

*Ata da 37ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 05 de junho de 2014.*

Presidência da Senhora Deputada Fátima Nunes (4ª Secretária). À hora marcada, compuseram a Mesa dos trabalhos os Senhores (as): José Sérgio Gabrielli, Secretário de Planejamento do Estado da Bahia e Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, representando o Governador Jaques Wagner; Humberto Oliveira, Assessor Especial do Instituto Interamericano de Desenvolvimento da Agricultura; Wellington Rezende, Delegado da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Sandro Magalhães, Diretor de Territorialização da Cultura da Secretaria de Cultura do Estado, representando o Secretário Antônio Albino Rubim; Ubiramar Bispo, Coordenador da Rede Nacional de Colegiados Territoriais; Ivan Leite, Diretor de Desenvolvimento Territorial, representando a Superintendência da Agricultura Familiar; Rosana Vieira, Coordenadora Estadual dos Territórios da Bahia; e o Prefeito Benone. A Sra. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, com a finalidade de **discutir o marco legal da política de territorialidade**. Após a execução do Hino Nacional, a Sra. Presidente destacou a importância de se discutir o tema, haja vista contribuir para a composição da política estadual e nacional, bem como para o embasamento da alteração, criação e exclusão de algumas leis. Por fim, parabenizou a todos que acreditam naquele modelo e agradeceu as presenças no evento. O Sr. Humberto Oliveira, após agradecer o convite, externou satisfação em poder participar do debate e disse que nos últimos oito anos a política de territorialidade foi adotada como política de governo e deve ser assegurada nos governos futuros. Informou que as modificações das leis de desenvolvimento rural vêm revelando um enfoque territorial, salientando, no entanto, que é preciso dar maior visibilidade àquele tipo de ação, para que se alcance o entendimento de que rural não é só o campo e agricultura, mas um modo territorial de vida. Finalizou, ressaltando a importância da participação da sociedade durante o processo de elaboração e definição de políticas públicas nos mais amplos aspectos. O Sr. Ubiramar Bispo disse que é preciso um aprofundamento para que se entenda a política de territorialidade e como a mesma é tratada no Projeto de Lei. Em seguida, tratou sobre alguns pontos que considerava interessante, como a preservação do meio ambiente. Disse, ainda, que o Governo enxergou na política territorial uma oportunidade para a participação da população e, com isso, houve a participação popular no PPA do Governo Wagner, concretizando, assim, a democracia participativa. A Professora Leonildes disse que a lei, do mesmo modo que assegura conquistas, pode, se pouco discutida, gerar entraves e retrocessos. Finalizando, falou sobre o orçamento impositivo e a necessidade de se romper com a concentração de riquezas. O Sr.

Maranhão falou sobre a importância em debater o papel da política de territorialidade e o modo como vem atuando a Secretaria de Cultura com o propósito de incentivar cada região na manutenção de suas características e identidade. A Sra. Rosana Vieira destacou a importância do diálogo com todas as entidades e o poder público. Disse que em 2008 houve a efetividade da participação da sociedade civil e a consolidação da política de territorialidade, um modelo avançado que vem servindo de referência para outros Estados. Por fim, falou que o Projeto de Lei apresentado precisa ser discutido e as emendas apresentadas atendidas e afirmou que continuariam lutando pela concretização da política territorial. O Sr. Ivan Leite, após cumprimentar os presentes e parabenizar a Deputada Fátima Nunes pela iniciativa da Sessão, disse que estavam a caminho de consolidar a base da política territorial e é preciso incentivar a participação popular. Concluiu, dizendo que o Projeto de Lei encaminhado para a Casa tem a função de grande base jurídica, que estabelecerá as relações dos territórios, dos Colegiados e do Conselho Territorial de Desenvolvimento Social, com as representações governamentais, e gostaria de ter a Deputada Fátima Nunes como relatora da matéria. A Sra. Cecília Petrina disse que a lei resultava de uma série de práticas e costumes e lembrou do tempo que não havia a possibilidade de fazer política pública de territorialidade. Concluindo, externou alegria em poder discutir um projeto de marco legal, dando juridicidade e sustentabilidade, durabilidade e esperança das melhorias políticas que são implementadas para que sejamos felizes em um Brasil territorializado. A Sra. Presidente informou que encaminhou cópia do Projeto de Lei que tramita na Casa tratando sobre a matéria para todos os Deputados. O Prefeito Benone falou sobre a importância da conscientização das necessidades trazidas pela população, salientando que a Bahia é um Estado muito grande, daí a necessidade de descentralização, principalmente no que se refere à saúde. Tratou, ainda, da necessidade de valorização dos municípios para que não sobrecarregue Salvador como única alternativa. Por fim, disse que esperava que o projeto apresentado ajudasse a concretizar o trabalho dos territórios de modo cada vez melhor. O Sr. Wellington Rezende ressaltou a importância da construção de marcos regulatórios para que o Estado, de fato, garanta direitos. Parabenizou a Deputada Fátima Nunes por empregar a energia na consolidação daquela política para que se alcance o avanço da gestão social em todo o território, bem como o controle social das aplicações das políticas públicas. O sr. Sérgio Gabrielli, em nome do Governador Jaques Wagner, expressou o compromisso do Governo do Estado da Bahia em encaminhar, institucionalizar e definir de forma mais precisa o que entende como política territorial. Portanto, o Governo do Estado, através do Governador, está expressando naquele Projeto de Lei a ideia do que representa naquele momento uma mudança institucional, que reflete anos de luta social no Brasil. Disse que a política territorial, portanto, representa uma arma, um instrumento para contrabalançar as desigualdades existentes entre os territórios, as pessoas, os grupos sociais, os grupos etários e os diversos agrupamentos da população da Bahia. Disse que é preciso fazer com que o Estado se preocupe mais com a sociedade e é isso que, essencialmente, é a política territorial, cabendo ao Governo, apenas, trabalhar e executar

para que isso seja feito da melhor maneira possível e com a maior participação da sociedade. A Sra. Presidente disse que a fala do Secretário Sérgio Gabrielli correspondeu às expectativas de todos e, em seguida, destacou a preocupação do Sr. Ubiramar Bispo quanto às emendas a serem propostas. Em tempo, agradeceu ao Secretário Gabrielli por ter abdicado de participar de outra reunião para poder está presente na Sessão. Após a execução do Hino da Bahia, a Sra. Presidente, em nome do Poder Legislativo, agradeceu a presença de todos, externando alegria e felicidade por promover a discussão de importante matéria, e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –